

O *FACEBOOK* COMO ESPAÇO DE LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

*Gláucia Maria Bastos Marques (CMF)**

RESUMO

O escopo do presente artigo é averiguar as mídias sociais e, particularmente, o *Facebook* como espaço de contra-hegemonia. Para tanto, tomamos como instrumento de análise os discursos de participantes da Marcha das Vadias, em Fortaleza, ocorrida em maio de 2012, e adotamos como fio condutor de apreciação as contribuições que os estudos linguísticos e mesmo os literários vêm dando à teoria da recepção e aos estudos culturais em geral. Buscamos, então, ancorar nossas análises em pensadores que tratam a concepção de língua como forma de interação social – Bakhtin (1997); em autores que discutem a recepção, conforme Citelli (1999), especialmente quando versa sobre os leitores atentos; Jauss (1994), expoente maior da estética da recepção na teoria literária; e Johnson (20014) ao tratar dos conceitos gramscianos de hegemonia e contra-hegemonia. No que diz respeito à metodologia, do universo de sujeitos que receberam o convite via *Facebook*, elegemos, em virtude dos limites deste trabalho, três para analisar-lhes os discursos. Assim, aplicamos com cada um deles uma entrevista semiestruturada com os objetivos de: verificar por meio de qual veículo tomaram conhecimento, pela primeira vez, da marcha, se é que já haviam tido algum contato anterior ao convite; averiguar de que modo esses sujeitos percebem as mídias sociais e em especial o *Facebook* como espaço de luta contra-hegemônica. Como conclusões, adiantamos que as participantes consideram o *Facebook* uma ferramenta de significativa importância para a difusão de manifestações sociais, destacando, todavia, os limites desse meio de comunicação de massa.

Palavras-chave: Mídias Sociais; Hegemonia e Contra-Hegemonia; Marcha das Vadias.

ABSTRACT

The scope of this paper is to investigate the social media, particularly *Facebook*TM as a counter-hegemony space. Therefore, we have taken as an analysis tool speeches of participants of the Brazilian SlutWalk in Fortaleza, which occurred in May, 2012, and adopted as a guide for assessment contributions that the linguistic studies and even the literary ones have been giving to the reception theory and to cultural studies in general. We then seek to anchor our analysis in thinkers who treat the conception of language as a form of social interaction - Bakhtin (1997); in authors who discuss the reception as Citelli (1999), especially when deals with attentive readers; Jauss (1994), greatest exponent of reception aesthetics in literary theory; and Johnson (2014) to address the Gramscian concept of hegemony and counter-hegemony. With respect to the methodology and due to the limits of this work we have elected three subjects out of the universe invited via *Facebook*TM, in order to analyze their speeches. Thus, we have applied to each of them a semi-structured interview aiming at: knowing how they first came to know about the Walk, if they had had any previous contact before the invitation; investigating how these subjects perceive social media, especially *Facebook*TM as a space for the counter-hegemonic fight. As conclusions, we anticipate that the participants consider *Facebook*TM tool of significant importance for the dissemination of social manifestations, emphasizing, however, the limits of the means of mass communication.

Keywords: Social media; Hegemony and counter-hegemony; SlutWalk.

* Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Professora do Colégio Militar de Fortaleza

CONTEXTUALIZANDO OS NOVOS MOVIMENTOS

A história do sistema capitalista pode ser entendida a partir da história de suas crises. Em sua primeira fase de desenvolvimento, elas eram cíclicas, ocorrendo na forma de superprodução e de subconsumo, compreendendo tempos relativamente longos entre uma recessão e outra, apresentando-se em forma de ondas. Hoje, ela aparece em sua forma estrutural com tendência a um contínuo de depressão e pequenos surtos de desenvolvimento.

Fruto de uma fase do capitalismo que cada vez mais se afasta da produção e se encaminha para a financeirização da economia, a crise do sistema capitalista, nos últimos anos, vem atingindo não só os países periféricos, mas também os centrais, mais especificamente os Estados Unidos, representante maior da sociedade do livre mercado, e a Europa, que assiste aos riscos da zona do Euro.

O deslocamento da economia da produção de riqueza material para a esfera financeira vem impactando sobre o mundo da produção. Pressionados pelo custo cada vez mais oneroso da produção e pela concorrência de fundos financeiros que atraem investimentos para si, as corporações produtivas se veem obrigadas a investir em tecnologias cada vez mais automatizadas e seletivas. Isso termina por gerar o desemprego e, conseqüentemente, a exclusão não somente de indivíduos, mas de uma série de grupos sociais.

Prova disso são os jovens espanhóis que, a despeito do alto nível de formação, veem-se compelidos a conviver com um desemprego na ordem de 23% da população economicamente ativa. Quando são levados em consideração tão somente aqueles que estão na faixa etária dos 18 aos 25 anos, esse índice se eleva para a casa de 50%. Nesse contexto, desempregados espanhóis se obrigam a rebaixar seus currículos, na esperança de conseguir um posto de trabalho mesmo que inferior à sua formação acadêmica e/ou profissional.

Do mesmo modo, os jovens norte-americanos recém-formados não conseguem ingressar no mercado de trabalho e, portanto, não têm como honrar suas dívidas, oriundas principalmente do financiamento da educação superior; idosos, desprovidos de assistência de seguridade social, são obrigados a viver sem os proventos de suas aposentadorias; pais de família perdem suas residências em decorrência de não ter como pagar as hipotecas. Esses são apenas alguns exemplos da situação de aprofundamento da crise do sistema.

Em resposta, seguindo os ventos oriundos da Primavera Árabe, os jovens espanhóis tomaram como veículo de comunicação as redes sociais e ocuparam a *Plaza Del Sol*. Nascia assim, no ano de 2008, o Movimento dos Indignados. Entre suas palavras de ordem, encontramos “*Democracia real ya!*”. Numa crítica aberta ao modelo de democracia representativa ocidental, propunham a democracia direta, apontando para o fim da mediação de partidos políticos e de sindicatos entre os cidadãos e o poder.

Manifestações similares ocorreram em Portugal e na Inglaterra, onde praças foram ocupadas a partir da convocatória de pessoas por meio das redes sociais. Da mesma forma, jornadas de lutas

explodiram na Grécia contra a Troika¹ e no Chile, onde estudantes defraudaram bandeiras contra o pagamento de mensalidades nas instituições de ensino superior.

Nos Estados Unidos, no ano de 2011, diante da realidade de crise, tomou corpo, uma campanha convocando as pessoas a ocuparem o centro financeiro de New York, como forma de se manifestarem contra o projeto capitalista. Desta feita, o slogan se referia ao fato de que os 1% mais ricos detêm 99% da riqueza mundial. Iniciando-se pelo “*Occupy Wall Street*”, pouco a pouco, a campanha chegou a díspares países, fazendo com que essas ocupações ocorressem nos mais diversos centros financeiros do mundo.

Ao questionar sobre os futuros passos a serem dados após o *Occupy Wall Street*, Alves denomina essa emergência de movimentos de “globalização dos de baixo”, afirmando que:

Em todos esses novos movimentos, o papel das redes sociais, como *Facebook* e *Twitter*, na organização das manifestações foi importante. Na verdade, o *Occupy Wall Street*, o Movimento dos Indignados e o movimento Geração à Rasca são exemplos candentes da verdadeira globalização “dos de baixo”, que hoje se contrapõem à globalização do “de cima”. (2012, p. 32).

Logo, percebemos uma particularidade que nos chama a atenção em todos os movimentos citados, no que se refere à forma como as convocatórias foram feitas e conforme destaca o autor supracitado: elas se deram por meio das redes sociais, especialmente, do *Facebook*. Desde então, várias marchas têm sido convocadas pelas vias eletrônicas, tais quais: a Marcha da Maconha, a Marcha Contra a Corrupção e a Marcha das Vadias. Esta última surgiu no Canadá e a tomamos aqui como objeto de análise para o presente artigo, como poderemos constatar adiante.

1. RECEPTORES E CONTRA-HEGEMONIA

As novas tecnologias da microeletrônica interligaram o mundo *on line*. Com o tempo, assumiram o formato de redes sociais. Hoje, ganham a dimensão de espaços de luta por hegemonia. Em última instância, as mídias sociais vêm se configurando como ferramenta para que diferentes movimentos sociais estabeleçam uma relação de diálogo com pessoas e entidades de diversas partes do mundo. Neste sentido, entendemos que o ambiente virtual não está a serviço apenas de ideologias hegemônicas, como poderia fazer supor numa perspectiva althusseriana de reprodução das culturas dominantes por meio dos aparelhos ideológicos do Estado.

O ponto de vista estruturalista do pensamento de Althusser há muito já vem sendo questionado por pensadores das mais diversas áreas. O ponto de partida dessa revisão conceitual conforma-se a partir da filosofia de Gramsci. Ao introduzir os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, esse autor quebra com a noção “mecânica” de “Estado enquanto aparelho ideológico das classes dominantes”, herdado de Althusser, e introduz a luta pela hegemonia no interior do aparelho estatal. Para Johnson, “Gramsci foi talvez o primeiro importante teórico marxista e líder comunista

¹ Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

a considerar as culturas das classes populares como objeto de estudo sério e de prática política.” (JOHNSON, 2004, p. 55), posto que, em seus escritos,

[...] o estudo da cultura a partir do ponto de vista da produção transforma-se em um interesse mais geral com as dimensões culturais das lutas e das estratégias como um todo. A duradoura e pernicioso influência das definições de “cultura” como “alta cultura” ou como “cultura dos especialistas” no interior do marxismo foi também definitivamente questionada por Gramsci. (JOHNSON, 2004, p. 54-55, grifos do autor.).

No âmbito dos Estudos Culturais, o paradigma das superestruturas vem entrando em decadência a partir da própria emergência dos Estudos Culturais, na Grã-Bretanha, por volta de meados do século XX, e vem cada vez mais se afirmando com os estudos desenvolvidos no campo da cultura, particularmente de recepção, na América Latina.

A respeito das críticas de que os Estudos Culturais gradativamente se distanciaram do forte vínculo que mantinham, em seu momento de nascimento, com o pensamento marxista, Johnson assevera que mais importante que buscar saber quem “continua ou não marxista” é procurar analisar “as influências de Marx sobre os Estudos Culturais”. (2004, p.12). Nesse sentido, o mesmo autor aponta que a influência marxista sobre si mesmo compreende três premissas, quais sejam:

A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. E a terceira, que se deduz das outras duas, é que cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais. (JOHNSON, 2004, p. 13).

Considerando, portanto, essas premissas e a incidência de novos movimentos sociais das mais diversas ordens nestas primeiras décadas do século XXI, podemos afirmar que as redes sociais também se caracterizam como lugares de construções culturais, na medida em que por meio delas atuam sujeitos sócio-históricos e culturalmente situados. Destarte, será que há como pensarmos em receptores/ leitores como sujeitos meramente assujeitados? Em que medida esses receptores/ leitores tornam-se coenunciadores dos textos produzidos nas redes sociais?

Sabemos que a ideia de leitor como mero receptor de informações tais quais manifestas por um emissor está diretamente articulada a uma determinada concepção de linguagem. Teorias que postulam a língua exclusivamente como sistema ou como fruto de um subjetivismo individual tendem necessariamente a supor um leitor passivo. Essas teorias foram duramente criticadas por Bakhtin e seu Círculo, nas primeiras décadas do século XX, quando passaram a defender a ideia de que a língua se constitui como espaço de interação entre os sujeitos. Para o filósofo russo, existem três concepções filosófico-linguísticas distintas de se conceber a linguagem, como: “*leis da psicologia individual*”, “*signos lingüísticos no interior de um sistema fechado*” e “*interação verbal social dos locutores*”. (1997, 72-82-127).

Na primeira concepção, como ação monológica, cada um dos emissores singulares de fala expressa aquilo que consta no interior de sua mente, de forma que a sua “comunicação” não alcança o “outro”, uma vez que é este um mero tradutor do pensamento do emissor. Como não há uma relação interativa, a língua carece de concreção, torna-se abstrata “[...] *tal como a lava fria da criação lingüística.*” (BAKHTIN, 1997, p. 73).

Na segunda tendência, a língua é compreendida como um sistema estático, cabendo ao emissor meramente acessar as regras que constituem a lógica da linguagem e por meio delas expressar individualmente o seu pensamento. Aqui, o sentido da aquisição da língua está no acesso às normas de ligações e de combinações entre os signos. Como se a língua se constituísse em um sistema fechado, busca-se uma hipotética objetividade. Desse modo, “Essa concepção levou ao estudo da língua enquanto código virtual, isolado de sua utilização — na fala (cf. Saussure) ou no desempenho (cf. Chomsky).” (TRAVAGLIA, 2000, p. 22).

Na terceira linha de pensamento, a língua é refletida como um espaço de interação histórico e social e não apenas como um meio para expressar uma ideia ou repassar uma informação qualquer por intermédio da fala ou da palavra escrita. Logo, o sujeito da comunicação se constitui na sua vinculação dinâmica de alteridade. Em sua relação com o “outro”, ele se exterioriza e age sobre o seu interlocutor. Nesse movimento dialógico, os sujeitos apresentam uma postura ativa em sua interação verbal. E, no processo de produção de suas falas, a comunicação assume uma dimensão de realidade social. Para Bakhtin (1997, p. 109), “*A enunciação é de natureza social.*”, posto que não há como ser considerada como um fenômeno individual.

Ou seja, é por meio da linguagem que nos conformamos como seres individuais e sociais. Logo, para o pensamento bakhtiniano, o sujeito está no centro das relações entre linguagem, sociedade e ideologia. A base para suas formulações é de que a linguagem é essencialmente dialógica e responsiva, uma vez que os enunciados produzidos sempre nos remetem a outros já proferidos bem como abre possibilidade para enunciações futuras. É esse caráter responsivo da linguagem que permite ao autor russo afirmar o enunciado como um fenômeno único e irrepetível, na medida em que sua produção de sentido só se dá no momento da atualização por um falante/ ouvinte. Do mesmo modo, a relação dialógica inerente à linguagem, que se estabelece não necessariamente numa conversação face a face, mas inclusive nos monólogos interiores, faz-nos supor obrigatoriamente a posição de um leitor ativo no momento da interlocução. Nessa perspectiva, o receptor é galgado à condição de coenunciador, logo de produtor de sentido. Citelli (1999), ao tratar das relações entre Comunicação, Educação e Linguagem, afirma que:

No contexto do reconhecimento dos novos lugares de ação dos media se aprofundou a revisão do papel do emissor: o sujeito unidirecional e fonte quase autônoma da produção dos sentidos passa a ser incomodado por interlocutores e co-enunciadores que pareçam ausentes ou ter discreta presença nos processos de circulação das mensagens. (CITELLI, 1999, p. 49, grifo do autor.).

Por essa passagem, percebemos claramente a defesa do autor de que os media não se fundam exclusivamente numa relação de dominação direta entre um produtor, único detentor da construção de sentido, e receptores, repositórios passivos das mensagens veiculadas. Notemos, portanto, as

aproximações entre a formulação desse autor e a concepção sociointeracionista da linguagem de Mikail Bakhtin, sobretudo, quando assevera que “[...] o centro de elaboração dos sentidos não se localiza apenas num autor/produtor – tampouco em qualquer natureza abstrata da escrita – senão igualmente na ativa presença do leitor/produtor.” (CITELLI, 199, p. 50).

O deslocamento da posição do receptor passivo para a condição de atuante produtor de sentido se iniciou na teoria literária, sobretudo, nos estudos da estética da recepção, com Iser e Jauss, tendo como pressuposto a compreensão do texto como uma malha, um tecido, cujos espaços em branco só podem ser complementados por coenunciadores. A emergência da teoria da Estética da Recepção representou um corte epistemológico para todos aqueles que tiveram contato com as díspares correntes de pensamento acerca do processo de leitura e do papel daqueles envolvidos nesse processo. Tornando-se um marco para os estudos acerca da leitura, na segunda metade do século XX, tal teoria se conforma como uma verdadeira mudança de paradigma. Até aquele momento, o discurso reinante tratava da relação existente entre autor e texto. A perspectiva estruturalista vigente, fruto de uma visão cientificista do século XIX, ignorava a participação do leitor no processo de leitura, interpretação e análise.

Na perspectiva da Estética da Recepção, subjaz a concepção dialógica da linguagem de Bakhtin. É com base na ideia de dialogismo que Jauss afiança a dimensão estética e histórico-social do texto e, notadamente, do texto literário:

A obra literária não é um objeto que exista por si só, oferecendo a cada observador em cada época um mesmo aspecto. Não se trata de um monumento a revelar monologicamente seu Ser atemporal. Ela é, antes, como uma partitura voltada para a ressonância sempre renovada da leitura, libertando o texto da matéria das palavras e conferindo-lhe existência atual... (JAUSS, 1994, p. 25).

Logo, percebemos pelas palavras do autor que o texto não é um “Ser” autônomo, o qual possui e emana o sentido, mas que se faz necessária a inserção do leitor no caráter dialógico desse constructo, uma vez que sua recepção se dá por um leitor empírico, real, histórico e culturalmente situado, conforme cada época e lugar.

Todas as construções teóricas aqui elencadas tornaram-se capitais para os estudos da recepção e é com base nesses aportes que passaremos à análise dos discursos das participantes da Marcha das Vadias de 2012, em Fortaleza, no intuito de averiguarmos até que ponto as redes sociais e, particularmente, o *Facebook* se constituem em espaço dialógico e lugar de contra-hegemonia.

2. O QUE DIZEM NOSSAS PARTICIPANTES

A fim de darmos conta dos objetivos aos quais nos propusemos neste artigo, elegemos três participantes² da Marcha das Vadias em Fortaleza, em 26 de maio de 2012, para serem entrevistados. Em comum, o fato dos três serem do gênero feminino, estudantes de graduação em universidades públicas da cidade e militantes estudantis organizadas. As entrevistas se deram em dois momentos:

² As participantes das entrevistas assinaram “Termo de consentimento livre e esclarecido”.

no primeiro, entrevistamos nossa **participante 1** e, no segundo momento, as **participantes 2 e 3**. Anteriormente, elaboramos um roteiro de entrevista semiestruturada contendo oito questões, das quais recortamos três para efeito de análise neste artigo.

Inicialmente, questionamos se as participantes sabiam como havia se originado a ideia da Marcha das Vadias. Diante da questão, destacamos a resposta da nossa participante 1.

Participante 1: Foi no Canadá, *né*? Teve uma palestra lá, uma coisa assim numa universidade canadense que os policiais foram ensinar as mulheres a como se vestir para não serem vadias *né*, para não serem estupradas, e daí surgiu uma grande revolta de algumas mulheres *né*, de serem culpadas por uma violência que elas mesmas sofrem e daí surgiu a Marcha das Vadias que é o nome. Marcha das Vadias é porque, *tipo*, se você faz o que um homem quer, você é uma vadia; se você não faz, você também é uma vadia. Então, de qualquer forma, você é uma vadia, se todas nós somos vadias. É... a questão do nome... eu acho que *pra* mim é muito de trocar esse sentido pejorativo, talvez vadia dá um novo sentido... de quando você faz uma marcha das vadias não é uma marcha de prostitutas, é uma marcha de mulheres normais.

Observemos que a participante tem um certo conhecimento de como nasceu a ideia da Marcha, embora apresente algumas lacunas nas informações que possui, quando não explica o porquê da presença dos policiais na Universidade de Toronto. Ou seja, o fato de estarem ocorrendo sistematicamente casos de violência sexual contra estudantes mulheres nos arredores daquela instituição e a palestra de um policial, cujo objetivo era esclarecer as estudantes sobre como deveriam agir para não se tornarem alvo de estupradores. Todavia, com um discurso machista, o policial diz que as alunas não devem se vestir como vadias para garantirem sua própria segurança.

Diante disso, a Marcha das Vadias surge em paralelo aos vários movimentos que vêm acontecendo no mundo, a partir da Primavera Árabe, com o intento de protestar contra a ideia hegemônica de que mulheres vítimas de estupro são as responsáveis pelo fato. Para os defensores dessa tese, o modo de vestir e de se comportar feminino é que provoca a ação dos agressores. Desse modo, elas são deslocadas, pela cultura homofóbica, da condição de vítimas para a de geradoras do crime.

No Brasil, a primeira marcha aconteceu em São Paulo, em junho de 2011. De lá para cá, diversas cidades vêm aderindo a essa forma de protesto. Em Fortaleza, a segunda edição ocorreu em 26 de maio de 2012.

Realçamos, ainda, da fala de nossa informante, a preocupação com o sentido que o termo “vadia” possui dentro da cultura machista e o novo significado que se busca atribuir à palavra, distanciando-a do conceito de prostituição ou mesmo de uma certa rebeldia por parte da mulher diante das exigências masculinas. Assim, retomamos a afirmação de Johnson de que o objeto dos Estudos Culturais é “[...] a *vida subjetiva das formas sociais* em cada momento de sua circulação, incluindo suas corporificações textuais.” (2004, p. 75). Isso significa dizer que os sentidos de enunciação somente podem ser devidamente atribuídos em determinados tempo e espaço históricos, sociais e culturais conforme já afirmamos anteriormente.

O esforço por conferir nova acepção ao signo linguístico nos comprova que isso apenas pode se dar em virtude de sua atualização dentro de um contexto político e cultural de contra-hegemonia e de ambiente de luta pelas reivindicações das mulheres. Isso demonstra o quanto a cultura e a linguagem se conformam como lugares de embate e não tão-somente de dominação e subserviência, a despeito das questões macroestruturais às quais estamos todos submetidos na sociedade capitalista, cujo modelo se orienta pelo liberalismo, individualismo e pela racionalidade masculina.

Nosso segundo questionamento às participantes foi saber o que fez com que cada uma delas resolvesse participar da marcha. As respostas nos apontam tanto motivações de ordem mais pessoal quanto de natureza política.

Participante 1: A questão da Marcha das Vadias e do feminismo como um todo é uma coisa que a mim sempre me afetou muito, *né?*, por eu ser a irmã mais nova de dois homens. Embora a gente tenha sido criado pela minha mãe, ainda assim, foi uma criação extremamente machista. Eu morei até os cinco anos com minha avó e, sempre que eu brigava com meus primos, meus irmãos, minha *vó* sempre dizia “é que você é mulher, quem tem que ceder é você”. Eu nunca tive tarefa doméstica, por isso não vou falar disso. Mas tudo era sempre assim: “você é mulher, você tem que ceder”. E eu nunca entendia por que por eu ser mulher, eu não tenho o mesmo direito que meu irmão. E quando eu fiquei mais velha um pouco, entre quatorze, quinze anos, ficou muito mais forte... de eu sair com meu irmão e meu irmão me deixar em casa dez horas da noite e sair de novo.

Participante 3: A necessidade de se reforçar a luta pela pauta feminina, pelas pautas feministas, mesmo sabendo que a Marcha tem esse caráter mais de liberdade sexual reprodutiva. [...] a gente fez uma nota, tentamos reproduzir, tentamos puxar palavras de ordens que também que puxasse mais *pro* caráter de questionamento da mulher na sociedade, para além da reprodução sexual, da reprodução, da liberdade sexual, que questionasse a questão do salário, e mesmo da pauta racial. A gente também, além de se somar a essa luta feminista... também *tentamos* participar dando esse recorte que a gente identificava como falta nesse movimento.

Notemos que a primeira participante resgata sua própria história de vida para justificar por que a luta feminista se fez importante para ela. A despeito de ser uma militante organizada, o que fala mais alto em suas escolhas é o contexto familiar no qual foi educada que, segundo ela, se configurava “extremamente machista”. Para a segunda, o que foi capital para sua participação na marcha foi o fato de poder ampliar nesse contexto a pauta de luta das mulheres, para além do caráter meramente sexual e reprodutivo. Palavras de ordem bradadas pelos manifestantes durante o percurso da Marcha e cartazes com mensagens afirmando que a “Mulher não é mercadoria” testemunham sua assertiva. Essa palavra de ordem revela um caráter mais politizado da manifestação, já que coloca a discriminação contra a mulher incluída nas questões macroestruturais da sociedade de classes, que caracteriza o modelo econômico capitalista, segundo o qual tudo e todos se transformam em mercadoria. De acordo com essa visão de sociedade, homens e mulheres em geral são reificados,

coisificados e têm não somente sua força de trabalho posta à venda, como também seus corpos e, muitas vezes, suas próprias subjetividades.

Por sua vez, palavras de ordem como “Meu corpo, minhas regras” – também exposta durante a passeata – exemplificam uma bandeira de luta mais voltada para os limites do corpo. Faz-se mister atentarmos para a ressignificação dada aqui ao termo “regras”, cujo sentido duplo permite atualizar o discurso das manifestantes, tal qual como ocorreu com nossa participante 1 ao discorrer sobre os sentidos da palavra “vadia”.

Observamos, portanto, pelo discurso da segunda participante, uma crítica à pauta redutora que parece hoje guiar o movimento em Fortaleza, na medida em que as questões de classe não estão inseridas. Nesse sentido, podemos atestar por esse posicionamento que o receptor da mensagem realmente não é um ser passivo, haja vista a atitude dialógica representada na posição de nossa respondente de participar da manifestação com vistas a ampliar as palavras de ordem e reivindicações feministas.

A terceira questão que recortamos, do roteiro de entrevista, foi de que modo as participantes avaliavam as redes sociais como forma de divulgação de movimentos sociais. Observemos as respostas:

Participante 1: As redes sociais como um todo têm um lado muito positivo e um lado não tão positivo assim *né?*. Que as redes sociais aproximam porque você joga no *Facebook* e em dois dias todo mundo sabe, todo mundo já compartilhou, todo mundo viu. É uma forma de comunicação em massa também, *né?*. Então, todo mundo fica sabendo, mas aí também tem o lado negativo, que é a pessoa diz “ah! Vou compartilhar e já fiz minha parte” e esquece *da* questão de realmente ir. Ficou sabendo, compartilhou para mais gente, mas na hora não se tem tanto interesse. “Já fiz minha parte e compartilhei”. E como divulgação da ideia é positivo, *na* minha opinião, de todas as formas.

Participante 2: Acho assim..., partindo primeiro da compreensão de que o *Facebook*, as redes sociais têm suas limitações...É inclusive assim, por exemplo, você pode criar um evento no *Facebook* trinta dias antes e no dia não dar muita gente, assim como tá lá confirmado. Mas o *Facebook*, ele é uma ferramenta que tem servido pra sobretudo divulgar e massificar as ideias, os movimentos e as mobilizações nas ruas. Inclusive, que foi o próprio movimento árabe *né?*, assim... que parte muito do próprio *Facebook* é... a Primavera Árabe. E aí... aqui em Fortaleza o *Facebook* tem cumprido assim essa função de ferramenta...com suas limitações, claro, mas de conseguir aglutinar, de conseguir envolver o máximo de pessoas possíveis. Na Marcha, ele cumpriu também essa função. [...] Mas dentro das limitações, eu acho que o *Facebook* tem cumprido essa função de conseguir chegar a alcançar os “*não alcançados*”, as pessoas que não estão aqui nos arredores, que não estão na vivência da Universidade e as pessoas conhecem a partir da ferramenta *Facebook* esses movimentos.

Participante 3: Ele cumpre esse papel de divulgação e também ele proporciona um pouco da participação das pessoas que são convidadas a colocar, quando tem um evento ou quando tem que direcionar o enfoque, colocar observações, questionamentos, abrir um minidebate sobre o assunto. E tem uma característica muito de que as redes sociais têm participação mais literalmente de juventude, tem esse caráter de atingir muito a juventude e de divulgar muito rapidamente uma informação. Inclusive, não só de eventos, mas também de denúncias. É mais de denúncias mesmo, do que acontece. Se *for colocado* ontem à noite, hoje já pode *ter* vários compartilhamentos e ter atingido inclusive o Brasil todo, até para fora. Então, tem essa característica muito de ter essa rapidez e de alcançar a juventude principalmente.

As três participantes reconhecem a importância das redes sociais como espaço de divulgação de manifestações e ideários, mas chamam a atenção para as limitações desses meios de comunicação. A participante 1, por exemplo, ressalta o fato de que muitas vezes as pessoas compartilham as informações e ideias, entretanto não necessariamente se fazem presentes nas manifestações convocadas. Esse posicionamento sobre a convocação e a resposta à convocatória da Marcha das Vadias, ocorrida em Fortaleza, parece ir, ao menos em parte, de encontro à afirmação de Davis (2012) de que os movimentos atuais são essencialmente de ocupação do espaço público. Esse autor analisa o movimento “*Occupy Wall Street*” e assevera que

[...] a (ocupação) de agora é uma Wall Street sob o cerco de liliputianos. Também é o triunfo do princípio supostamente arcaico do cara a cara, da organização dialógica. As mídias sociais são importantes, é claro, mas não onipotentes. O sucesso da auto-organização dos ativistas – a cristalização da vontade política a partir do livre debate – continua sendo melhor nos fóruns urbanos da realidade. (DAVIS, 2012, p. 41).

Logo, para ele as mídias sociais funcionariam apenas como *media*, como instrumento para organização e divulgação dos movimentos, porém a ocupação dos corpos nos vários espaços públicos é o que de fato garante a organicidade e a pressão sobre os grupos dominantes.

A fala de nossa interlocutora, contudo, pode ser confirmada pela própria informação de uma das organizadoras da Marcha que afirmou que houve uma média 900 confirmações de participação, via *Facebook*, mas apenas cerca de 200 pessoas participaram efetivamente do evento. Ficou patente a existência de um hiato entre a enunciação da participação e a ação efetiva, entre a “intenção e o gesto”.

Para nossa segunda participante, as mídias sociais cumprem um papel fundamental de divulgação de movimentos e mobilizações, resgatando, inclusive, os episódios da Primavera Árabe. Ela destaca, ainda, que o *Facebook* serve para atingir aqueles que não estão diretamente envolvidos nos movimentos populares, mas que podem ser sensibilizados a participar.

A terceira participante, em complementação à fala da segunda, nos revela que esse espaço virtual pode se configurar como lugar de diálogo, uma vez que possibilita a discussão entre os participantes, sobretudo a juventude, de temas importantes para a sociedade. Desse modo, nossos entrevistados tomam para si a condição de coenunciadores do Evento, assumindo papéis ativos na circulação das mensagens.

Vale salientarmos aqui que quando questionadas por qual meio elas tomaram conhecimento da segunda edição da Marcha das Vadias em Fortaleza, todas afirmaram que, por participarem do movimento estudantil, ficaram sabendo antes das convocatórias irem para as redes sociais, mas destacaram que isso não foi o que ocorreu com a maioria dos que compartilharam no *Facebook*.

PARA EFEITO DE CONCLUSÃO

A despeito de nossas interlocutoras apresentarem uma consciência difusa sobre a origem do Evento no Canadá, elas atuaram como sujeitos sócio-históricos e culturalmente situados, que não conformam a realidade que lhes é imposta, propondo-se a reescrever outra cultura. Sua ação põe em prática um jogo de produção de uma contracultura, em suas dimensões de luta anti-hegemônica, como estratégia de enfrentamento ao modelo dominante. Daí, afirmamos que a concepção gramsciana de contra-hegemonia demarcou a Marcha das Vadias, ao questionar a cultura machista dominante e as práticas homofóbicas.

Também ficou evidenciada a capacidade dialógica e responsiva de nossas interlocutoras. Não se tratava de uma ação monológica de recepção passiva da mensagem dos organizadores do Evento. Os entrevistados se apresentaram como coenunciadores das mensagens produzidas nas redes sociais. Cada uma, a seu modo, significou e ressignificou o Evento, conferindo-lhe sentido de luta das mulheres contra a cultura dominante. Uma assinala a luta contra a condição de objeto imposta à mulher no contexto da sociedade do espetáculo, demarcada pelo predomínio da mercadoria. Outra reflete sua própria condição de mulher para sugerir a necessidade de outra cultura. Fica evidenciando que a cultura não é um campo autônomo, mas um espaço contraditório, permeado de antagonismos, no qual se movimentam diferentes atores em suas disputas de sentido e lutas sociais.

Claro está que as redes sociais se consubstanciaram em veículos de luta contra-hegemônica. O *Facebook* se prestou como meio de divulgação da Marcha e de conformação da “globalização ‘dos de baixo’”, como nos sugere Alves (2012). Isso a despeito da distância entre aqueles que confirmaram a participação no Evento e os que efetivamente compareceram.

Sabemos que esse veículo de comunicação não permite o contato imediato, face a face, daí os seus limites como instrumento de comunicação. Conforme nos alerta uma de nossas entrevistadas, a mera confirmação da participação não pode ser confundida com ação efetiva. Só a ocupação direta dos espaços públicos confere pleno sentido às enunciações emanadas via *Facebook*.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Giovanni. Ocupar Wall Street... e depois? In: HARVEY, D. Et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1997.

CITELLI, A. **Comunicação e Educação**: a linguagem em movimento. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1999.

DAVIS, M. Chega de chiclete. In: HARVEY, D et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.

ISER, W. O jogo do texto. In: JAUSS, H R ET AL. **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Seleção, coordenação e tradução Luiz Costa Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JAUSS, H R. **A História da literatura como provocação à teoria da literatura**. São Paulo: Ática, 1994.

JOHNSON, R. **O que é, afinal, Estudos Culturais**. In: SILVA, T T da (Org.). 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

TRAVAGLIA, L C. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 2000.